

Tabela 11 - Resoluções federais com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, datas dos respectivos atos, sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, classificadas em categorias, com descrição dos assuntos normatizados e abrangência territorial.

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Resolução CONAMA nº 303/2002.	20/03/02	13/05/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente -APPs.	áreas de preservação permanente -APPs	Federal
	Resolução CONAMA nº 13/1990.	06/12/90	28/12/90	O órgão responsável por cada UC, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da UC.	UC; licenciamento de atividade	Federal
Arrendamento	Resolução SUDEPE nº 04/1985.	16/12/85	19/12/85	Recomenda a estruturação de um GT para a Política Nacional de Arrendamento.	GT; arrendamento	Federal
Crédito	Resolução MF nº 4.125/2012.	23/08/12	24/08/12	Altera o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 10) para aplicação a partir da Safra 2012/2013.	PRONAF; manual; crédito	Federal

(continua)

Tabela 11 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Resolução SUDEPE nº 03/1985.	16/12/85	18/12/85	Recomenda a criação de uma Comissão para estruturação de Cooperação Técnica Internacional, Convênios, Rede de comunicação entre a Comunidade Científica, Confederação Nacional de Pesca e proposição de medidas necessárias.	comissão técnica; acordos; confederação nacional de pesca	Internacional
	Resolução CONAMA nº 323/2003.	25/04/03	30/04/03	Institui a Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros com a finalidade de propor normas e padrões de proteção à biodiversidade e aos recursos pesqueiros, bem como normas e critérios para o licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluidoras.	câmara técnica; recursos pesqueiros; biodiversidade; fauna; licenciamento ambiental	Federal
	Resolução CONAMA nº 331/2003.	25/04/03	30/04/03	Institui a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.	SNUC; câmara técnica; áreas protegidas	
Licenciamento Ambiental	Resolução CONAMA nº 237/1997.	19/12/97	Não consta data	Normas e procedimentos para licenciamento ambiental.	licenciamento ambiental	Federal

(continua)

Tabela 11 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Resolução SUDEPE nº 01/1985.	06/11/85	11/11/85	Aprovar as medidas já adotadas e a serem implementadas pela SUDEPE em favor do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro.	desenvolvimento pesqueiro	Federal
Resíduos	Resolução CONAMA nº 357/2005.	17/03/05	18/03/05	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de água superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.	resíduos; efluentes	Federal
Seguro-defeso	Resolução CODEFAT/MTE nº 468/2005.	21/12/05	26/12/05	Estabelece e consolida critérios para a concessão do Seguro-Desemprego aos pescadores artesanais durante os períodos de defeso, instituído pela Lei nº 10.779/2003.	pescadores artesanais; seguro-defeso; seguro desemprego	Federal
	Resolução CODEFAT/MTE nº 657/2010.	16/12/10	17/12/10	Dispõe sobre a concessão do Seguro-Desemprego aos pescadores profissionais, categoria artesanal, durante os períodos de defeso, instituído pela Lei nº 10.779/2003.	pescadores artesanais; seguro-defeso; seguro desemprego	

(continua)

Tabela 11 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da Publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Seguro-defeso	Resolução CODEFAT/MTE nº 662/2011	24/02/11	28/02/11	O Ministério do Trabalho e Emprego fica autorizado, em caráter excepcional, a recepcionar, até 30 de março de 2011, os Requerimentos do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, nas áreas abrangidas pela proibição de pesca de que tratam as Portarias números 48/2007 e 50/2007 e Instruções Normativas números 129/2006, 195/2008, 196/2008, 201/2008, 209/2008, 210/2008, 25/2009 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e as Instruções Normativas números 46/2005 e 49/2005 do Ministério do Meio Ambiente - MMA.	pescadores artesanais; seguro-defeso; seguro desemprego	Federal